

Prefeitura Municipal de Boquim

Boquim, 16 de abril de 2018

ASSUNTO: Audiência Pública realizada pela Prefeitura Municipal de Boquim sobre o PL 4/2018, que trata das diretrizes orçamentárias para elaboração da Lei Orçamentária 2019 - LDO 2019 e da LOA 2019.

LOCAL: Auditório da Prefeitura

CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA: José Valmir dos Santos Passos – diretor técnico da CAT - Consultoria, Assessoria e Contabilidade Pública.

COMPUSERAM A MESA: Prefeito Eraldo de Andrade, Vice-prefeito Chicão Almeida, procurador municipal Marcelo de Jesus, Secretário de Administração e Finanças Luiz Fernando, Secretário Adjunto de Administração e Finanças Paulo Dórea, presidente da Câmara Municipal de Boquim, Jackson Costa, diretor técnico da CAT, Sr. José Valmir dos Santos Passos.

PRESENTES: Prefeito Eraldo de Andrade, Vice-Prefeito Chicão Almeida, secretários municipais Luiz Fernando (Administração e Finanças), Jonas Vidal (Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo), Edson Alves (Assistência Social e do Trabalho), Ana Cruz (Saúde e Bem Estar), Luiz Carlos (Secretário de Obras e Serviços Urbanos), o Chefe do Departamento do Meio Ambiente Willame Andrade representando o secretário de Agricultura, Comércio, Indústria e Meio Ambiente Genivaldo Menezes, Assessor Parlamentar Gerfesson Trindade, presidente da Câmara Municipal de Boquim, vereador Jackson Costa, vereadores José Maciel e Joaldo Junior, o assessor jurídico da Câmara de Boquim, Alex Oliveira, José Raimundo (Duca) representando o povoado Olhos D' Água, presidente da Associação do Povoado Muriçoca, Antônio Santos, presidente da Associação da Colônia Boquim, Sivaldo Modesto, presidente da Associação Habitacional Esperança, Vera Lúcia, da cidade de Estância os senhores José Jorge e Ozeni, presidente da Associação do Povoado Meia Léguas Cerisvaldo, e membros da sociedade boquinense.

SECRETÁRIO LUIZ FERNANDO: Nesta manhã dá-se início a apresentação da LDO e da LOA. Tema de extrema importância, para que nosso município possa trabalhar em cima do que for apresentado, projetado, para que possamos fazer uma gestão respaldados em cima do princípio da legalidade, para que possamos conhecer de fato o que tem que ser feito dentro do exercício. Não adianta ter recurso se não for orçada, e é importante que todos nós possamos participar inclusive com sugestões para contribuir com esse

processo. Fiquem atentos ao que for passado, sugiram, apresentem suas dúvidas, para que possamos melhorar.

VICE-PREFEITO CHICÃO ALMEIDA: Esse evento de hoje é um dos mais importantes de nossa gestão. Hoje é a primeira de uma série de audiências que promoveremos no município, uma oportunidade que Boquim terá de promover suas reivindicações. Nenhum administrador, por mais bem intencionado, tem como tocar sua gestão sem ouvir a sociedade. Aqui é o fórum ideal e adequado para isso. Aqui e nas próximas audiências que promoveremos contemplando todas as comunidades do município de Boquim. Evidentemente que a gente sempre espera ter uma casa mais lotada, que um assunto dessa importância sensibilize mais pessoas, mas temos convicção que estamos cumprindo o nosso papel. Agradeço a presença de todos vocês, que possamos ter um bom debate e que os senhores tragam boas ideias e sugestões.

PREFEITO ERALDO DE ANDRADE: É com muita alegria que hoje iniciamos as audiências públicas em nosso município para discutir a LDO e a LOA. É através desse orçamento municipal que as prioridades escolhidas por vocês no momento são transformadas em ações concretas da prefeitura, na prestação dos serviços essenciais à população boquinense onde são elaboradas metas que são colocadas em prática pela Administração Municipal para que tenhamos uma Boquim cada vez melhor. Vamos aproveitar essa audiência para que a Administração possa trazer o que há de melhor para o nosso município, disse o prefeito ao declarar aberta a audiência.

CONSULTOR JOSÉ VALMIR: Este ano vocês já percebem que ali estão dois projetos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ano passado trabalhamos ainda a PPA que é plurianual. De dez anos para cá foi dado o direito a sociedade de participar das decisões, portanto esta Audiência Pública atende a Lei 101/2000 – LRF e Gestão Orçamentária Participativa em acordo com a Lei 10,257 de 11 de julho de 2001 (estatuto da Cidade). A Lei diz que a Audiência tem que ser realizada, mas não diz a data. Essa audiência serve para esclarecimentos. Inclusive, essa Prefeitura irá realizar sete audiências para abranger um número maior de pessoas. Além de não ter prazo, esse ato é para provarmos aos nove órgãos de controle como TCE, TCU, PF, RF, DEOTAP e etc, que essa audiência aconteceu. O que ficamos triste, mas ainda é um problema de Cultura, que em 27 mil habitantes, não temos 1% da população aqui. A sociedade ainda não incorporou e não se conscientizou de que ela é a autoridade máxima do município, que é ela que pode dizer ao seu gestor como é que quer que ele gaste o seu recurso. E Isso pode acontecer de 1 de janeiro a 31 de dezembro, ou seja, todos os dias do ano, independentemente de projeto estar ou não na Câmara de Vereadores. Essa sugestão pode chegar aqui a qualquer tempo. Vamos começar pela LDO, já que ela tem um prazo regulamentar para ser enviado a Câmara que é 15 de abril. Depois que ela vai para lá se torna engessada? A LDO e a LOA são leis

que vão orientar e autorizar o prefeito gastar cada centavo. Imagina se o prefeito vai à Brasília e recebe uma verba nova e esse dinheiro não está no projeto, então só poderia mexer no ano que vem? Não. Esta Lei pode ser alterada a qualquer momento. Se a Prefeitura recebe um recurso que não está previsto é só enviar um PL para a Câmara. Ele não pode fazer é sem a Câmara aprovar. Não há prazo para se discutir a LDO e a LOA.

A LDO tem uma função orientadora. Alguém de algum povoado pediu para fazer uma obra, uma escola. O prefeito vai olhar a necessidade e ver se pode atender. Ao vereador cabe apenas indicar. As audiências feitas agora, a Lei Orçamentária será encaminhada para a Câmara até agosto, o PL para 2019. É no orçamento que é possível executar. O Orçamento público é um instrumento de planejamento, revestida por atos formais, por meio do qual são previstas as Receitas e fixadas as Despesas de acordo com as regras previstas na LDO e no PPA.

Neste momento o diretor da CAT apresentou um Demonstrativo Orçamentário de 2017. No quadro apresentou o valor orçado, o valor empenhado e o valor pago, da Câmara Municipal, Gabinete do Prefeito, Procuradoria geral, Secretaria de Adm. e Finanças, Secretaria de Educação, Esporte, Cultura, Lazer, Secretaria de Obras, Secretaria de Saúde e Bem Estar, Assistência Social fundo da Assistência Social, Fundo do Direito da Criança e do Adolescente, Secretaria de Agricultura, Fundo Municipal de Direitos do idoso, reserva de Contingência. Mostrou ainda o Orçamento de 2016, 2017, 2018, o quadro de receitas, mostrando que em 2017 a receita reduziu, e este ano pode ser ainda menor que em 2016. Explicou das implicações da Administração comprar acima do que arrecada, de comprar e não pagar.

José Valmir falou sobre as despesas que o município tem como, por exemplo, com a delegacia, que a Prefeitura contribui enviando servidor, material de limpeza e etc. Uma obrigação que seria do Estado. A Educação o aluno universitário é obrigação do Governo Federal. O município arca com o ensino fundamental. Aqui se tem o transporte universitário gratuito. Isso é orçamento público. Nossa principal receita é o Fundo de Participação dos Municípios, oriundo de Imposto de Renda e IPI, e apenas 15% vem para os municípios. Ainda temos ICMS, FUNDEB, IRRF, ISS, IPVA, Salário Educação, PNAE, PNATE, Saúde, A. Social.

A LDO e a LOA têm vigência anual. O PPA a vigência é de 4 anos. José Valmir explicou sobre a função de cada um. Sobre o Projeto LDO 2019, já enviado para a Câmara, José Valmir chamou atenção para o Art. 1º, que cita todas as Leis.

O espaço foi aberto a perguntas e sugestões:

JOCIEL DOS SANTOS - Servidor Público: Sugeriu a compra de veículo para transporte escolar, dentro da questão da compra de veículo, visto que os que têm já estão velhos. Seria legal, a cada três anos, substituir essa frota dos ônibus amarelinhos. Outra questão é o calçamento que passa no Pastor. Para quem não mora ali é fácil, mas quando a chuva vem, a erosão e o medo é que no futuro comece a cair. Realizar o calçamento neste local e o recapeamento asfáltico desde a Heitor de Souza. Falou da qualificação dos servidores. Houve um curso do transporte escolar, que até o Conselho Nacional de Trânsito disse que o curso deve ter, mas seria bom fazer orçamento dentro da Lei. Falou dos custos da renovação da habilitação. Sinalização semafórica também foi outra reivindicação.

JOSÉ VALMIR - CAT: Solicitou que o servidor encaminhasse por escrito a sugestão para a Administração.

JOSÉ JORGE – presidente da Associação dos Moradores de Nova Estância: Observou o atraso para o início da audiência e deixou como sugestão para que se indicasse com placas de sinalização onde ficam os órgãos em Boquim, como Fórum e etc. Falou sobre regulamentação do som alto.

JOSÉ RAIMUNDO da comunidade Olhos D'Água: disse que concorda em parte em algumas coisas da fala de José Valmir, mas sobre as datas das audiências seria justo que antes de se chegar na Câmara nós discutíssemos antes o Projeto. De grande relevância a participação, mas infelizmente o povo brasileiro descrente da classe política e tudo o que está na LDO são diretrizes que vai fazer o orçamento, mas tudo que vai naquele orçamento não quer dizer que será cumprido. Quando coloca aqui no ano de 2016 chegou 48 milhões e pouco chegou verba da repatriação, infelizmente as despesas são apenas para o município, o Governo Federal lança os programas mas quem paga é o município. Impossível um gestor gastar apenas 54% da LRF. Vão chegar as contas do prefeito Eraldo na Câmara, que agora é anual, e não vai chegar a de Pedro e nem a de Jean. Minha sugestão é que seja resolvido o problema do lixão e deixar claro que não tem data para audiência pública.

JOSÉ VALMIR - CAT: falou sobre o Consórcio Público para a questão do Meio Ambiente, de Resíduos Sólidos. Só assim pode ser viável, com a divisão dos custos, a operacionalização. Temos Lei para tudo, mas para essas leis funcionarem passa por uma coisa chamada seriedade no gasto público.

A discussão ficou em torno da descrença da população em participar por não ver se cumprir o que foi pedido, em ter os pleitos atendidos.

JOCIEL DOS SANTOS: Falou sobre uma reformulação da tabela do servidor.

JOSÉ VALMIR – CAT: Já colocamos na LDO mas é bom que você reforce no seu pedido.

ANA LÚCIA – enfermeira, representando a classe da Saúde: Quero fazer algumas observações sobre a LOA. Infelizmente temos poucas pessoas aqui. Como sou da saúde, trabalho em povoado e falamos muito em prevenção. Quando falamos você precisa se exercitar, você precisa perder peso e principalmente nos povoados não temos isso. Minha sugestão é a academia da cidade nos povoados, alguns equipamentos para a população dos povoados. Outra sugestão é a construção do posto de saúde do povoado Pastor que hoje funciona apenas uma casa. Material e equipamentos para trabalho e na LOA está previsto concurso público mas não diz a área, então está previsto concurso público. E ainda com relação a capacitação. A saúde há algum tempo não tem capacitação. E sobre sinalização realmente é importante, não sei se semáforo, mas as placas, sinalização horizontal, vertical, que ao menos houvesse o direcionamento. E ainda sobre a tabela precisamos uma previsão orçamentária para corrigir a tabela que é uma injustiça com o servidor de Boquim, uma tabela defasada.

JOSÉ VALMIR – CAT: Na LOA está previsto concurso público geral, as áreas está sendo discutido internamente. Mas isso apenas orçamentariamente. Com relação a tabela, aumento e correção salarial, fazer a justiça, isso já é previsto por natureza na Lei, mas depende por uma Lei específica passada na Câmara pois terá os mais diversos segmentos, com suas regras pré-estabelecidas, com seus planos de carreira, com os sindicatos, e o quadro atual é delicado, tem sido um trabalho de formiguinha, não adianta corrigir um salário, coloca no contracheque e o dinheiro não chega na conta. Exemplo, nem o Estado como você falou está fazendo treinamento e por que? Porque falta recurso. O Poder Público de um modo geral no Brasil passa por uma grande crise visto a tudo que estamos acompanhando.

SEC. ADJUNTO PAULO DÓREA: Só um esclarecimento sobre as ações que foram colocadas no quadro, e todas essas ações são reflexo da LOA 2018. O Projeto da LDO também já está disponível no Portal da Transparência e todo esse material exposto aqui na audiência estará disponível no Portal da Transparência.

SEC. LUIZ FERNANDO: É fato a necessidade de concurso público, mas visto que estamos acima da LRF, podemos fazer concurso?

JOSÉ VALMIR – CAT: Se eu estou acima da LRF a primeira providência a ser tomada é eu me enquadrar, para que depois eu faça qualquer procedimento. Boquim tem servidor público. Para ter um concurso público em qualquer área eu preciso primeiro readequar a casa. Onde tem servidor sobrando, mesmo que efetivo? Tal secretaria. O prefeito teria que primeiro regulamentar isso. A LRF é fria neste aspecto e dá autoridade total ao prefeito a esse

reenquadramento. E eu mesmo que fiz concurso, tenho muitos anos de prefeitura, ele pode me mandar embora. Tem que tirar os contratos, tirar os excessos, reduzir carga horária.

A discussão girou em torno dos recursos escassos do município e de obras que o município precisa realizar. Sobre repatriação.

José Valmir ratificou a importância de enviarem as sugestões.

Nada mais havendo a ser discutido, foi encerrada a Audiência Pública.